

## JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO 2

### **REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025**

**CÓDIGO DA UASG: 985657 - Prefeitura Municipal de Itarana - ES**

Processo nº 002648/2025 de 03 de junho de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ID CiudadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0011

**Objeto:** Contratação de empresa para executar serviço de transporte escolar da Rede Municipal de Ensino, residentes no município de Itarana/ES, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

Trata-se da manifestação ao recurso administrativo interposto, pela empresa **KAYO MENEGHEL QUEIROZ TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 04.602.886/0001-02, ora denominado **recorrente**, em face do resultado da fase de habilitação do Pregão Eletrônico nº 90009/2025, conforme registro do ato de Declaração de Vencedor, por meio eletrônico, no chat do ComprasGov, em 17 de julho de 2025.

### **RELATÓRIO**

#### **I – DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA DO PORTAL COMPRASGOV**

Inicialmente, cabe ressaltar que no ITEM 11.3.2 do Edital os recursos administrativos devem ser registrados de forma imediata, durante o prazo concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

Nesse certame, o prazo fixado para manifestar a intenção de recurso foi de 10 (dez) minutos no dia 17/07/2025.

Todos os licitantes foram cientificados acerca da intenção de apresentar recurso, manifestada pela Recorrente na sessão pública do Pregão Eletrônico 90009/2025.

No período mínimo de 10 (dez) minutos, manifestou-se a empresa **KAYO MENEGHEL QUEIROZ TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 04.602.886/0001-02, tempestivamente.

A intenção recursal posta pela empresa **KAYO MENEGHEL QUEIROZ TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 04.602.886/0001-02, atende aos requisitos de sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse, logo, dada a possibilidade argumentar sobre os pontos supracitados.

## **II – DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DO PRAZO**

De acordo com o Edital, em seu item XI, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 03 (três) dias e, contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

Foi anexada pela empresa **KAYO MENEGHEL QUEIROZ TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 04.602.886/0001-02, peça recursal no sistema: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), para os itens 09, 14 e 15, dentro do limite de prazo legal.

Foi anexada pela empresa **R S MACHADO TRANSPORTES LTDA** - CNPJ nº 09.013.413/0001-85, peça de contrarrazões no sistema: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), para os itens 09, 14 e 15, dentro do limite de prazo legal.

Assim sendo, a interposição do presente recurso foi tempestiva, bem como das contrarrazões, essa Pregoeira procede seu recebimento e passa a análise do mérito.

### **III – DAS RAZÕES DO RECURSO e CONTRARRAZÕES**

Em suma, o recorrente solicita a reconsideração da decisão que a desclassificou por inexequibilidade e classificou e habilitou no certame do Pregão Eletrônico nº 90009/2025, a empresa **R S MACHADO TRANSPORTES LTDA**, nos itens 09, 14 e 15, alegando, em síntese, que os lançamentos foram realizados no sistema por valor unitário, conforme Anexo V do edital e, que o sistema não estava de acordo com o quantitativo total do edital, assim, induzido a recorrente ao erro de lançamento por haver dubio lançamento de informações, o que frustrou o caráter competitivo da licitação, violando, assim, objetivo primordial do processo licitatório, qual seja, a seleção da proposta comercial mais vantajosa para a administração.

Por fim, que não foram seguidas as regras editalícias, as quais vinculam a administração e faz Lei entre as partes.

Nas contrarrazões, a empresa **R S MACHADO TRANSPORTES LTDA**, solicita o seguimento do certame na forma que fora classificada, por concordar com o julgamento proferido na ata da sessão pelo agente condutor do certame.

Diante do exposto, passamos aos entendimentos.

### **IV - DA ANÁLISE DO RECURSO**

Inicialmente, esta Pregoeira assegura o cumprimento aos princípios que regem a Administração, descritos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º, caput da Lei nº 14.133/2021, como segue:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da

moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

Neste sentido, cabe ainda observar que Procuradoria, órgão de assessoramento jurídico desse município, realizou o controle prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório, mediante análise jurídica da contratação, dos documentos de planejamento, minuta de Edital e contrato, conforme preceitua o art. 53 da Lei 14.133/2021, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento ao recurso e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados ao processo de licitação já identificado, pelo que se passa à análise de suas alegações.

Quanto as alegações trazidas à baila, relativo a decisão que desclassificou a recorrente por inexecutabilidade e classificou e habilitou no certame do Pregão Eletrônico nº 90009/2025, a empresa **R S MACHADO TRANSPORTES LTDA**, nos itens 09, 14 e 15, a recorrente sustenta que os lançamentos foram realizados no sistema por valor unitário, conforme Anexo V do edital e, que o sistema não estava de acordo com o quantitativo total do edital, assim, induzido a recorrente ao erro de lançamento por haver dubio lançamento de informações, o que frustrou o caráter competitivo da licitação, violando, assim, objetivo primordial do processo licitatório, qual seja, a seleção da proposta comercial mais vantajosa para a administração.

Diante das alegações apresentadas pela recorrente, o edital foi analisado ponto a ponto por essa pregoeira, a qual constatei que realmente o lançamento realizado na Plataforma ComprasGov está divergente ao do Anexo V do Edital.

Aprofundada a análise das especificações na fase de planejamento, ou seja, o Estudo Técnico Preliminar, em busca das informações de CATSER, sendo este o Catálogo de Serviços do governo federal que padroniza a identificação de serviços para compras públicas, não foi encontrado a forma e código para o devido lançamento dos itens. Também não foi encontrada a informações de CATSER no Termo de Referencia e DFD, assim, não sendo atendido na fase inicial de planejamento, pela SEMED, o que determina o artigo 29 do Decreto Municipal nº 2011/2024, vejamos:

*Art. 29. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico da Administração poderão ser adotados, nos termos do art. 19, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.*

Diante disso, ainda, foi realizado consulta ao cadastrador da licitação no sistema ComprasGov, senhor Marcelo R. Magnago, Agente de Contratação e Pregoeiro, o qual informou que "foi lançado apenas o quantitativo de uma unidade, no intuito de lances pelo valor total e, que não há CATSER com a opção de quilometragem (com valores quebrados), ou seja, quilômetros/metros posterior a vírgula. Que em momento algum achou que poderia causar dúvida aos lançamentos de propostas."

Paralelamente a questão, foi observado, também, que não houve lances nos itens 09, 14 e 15, o que não aconteceu com os demais lotes do certame, onde, não houveram propostas cadastradas por valores unitários. Assim, frustrando

o caráter competitivo da licitação, não obtendo uma proposta comercial mais vantajosa para a administração.

A questão do entendimento dúbio de lançamento do objeto, refere-se à interpretação ambígua ou incerta dos requisitos técnicos ou características do objeto a ser contratado, o que pode ter gerado dúvidas para elaboração de propostas e, prejudicando a competitividade do certame.

Um lançamento divergente pode levar à exclusão de empresas qualificadas (erro grosseiro), reduzindo a concorrência e possivelmente resultando em preços mais altos ou menor qualidade do produto/serviço.

Identificar um "erro grosseiro" em um edital, especialmente durante a fase de recurso, significa reconhecer uma falha significativa e facilmente perceptível que compromete a lisura do processo.

Ao identificar um erro grosseiro no edital, é fundamental agir com rapidez e assertividade, buscando a correção da falha e a garantia da lisura do processo licitatório.

Por tanto, é salutar, que o órgão contratante, realize uma revisão imediata para que se possa adequar as informações necessárias e precisas referente ao procedimento em tela, se não houver como corrigi-las que o processo seja revogado, com base na legislação correlata a matéria.

Ademais, consoante o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula nº 473, estabelecendo que:

"Súmula 473: a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os

direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

É importante salientar que é dever do agente administrativo zelar pela legalidade, agindo de forma coerente e razoável, podendo rever e adequar seus atos, modificando-os quando necessário.

Destarte, é indispensável para manutenção da legalidade e da igualdade de condições de concorrência do certame, que todas as licitantes apresentem todos os documentos nos moldes do Edital, haja vista o cumprimento dos princípios da isonomia, da legalidade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

Tais características fundamentam a decisão desta pregoeira, que busca tão somente zelar pela legalidade dos atos e a idoneidade do processo, bem como rever seus atos e ações a fim de cumprimento a legalidade, bem como o direito aos demais licitantes (direito isonômico).

Por fim, considerando as razões expostas, baseado na reanálise desta pregoeira **DECIDO**, pela DESCLASSIFICAÇÃO de todas as licitantes nos Itens 09, 14 e 15, **OPINANDO** pelo fracasso ou revogação dos itens 09, 14 e 15 e, encaminhar a autoridade para correção do instrumento convocatório, bem como das especificações, se necessário, pois, diante dos fatos trazidos, houve sim a falha de lançamento dos itens na Plataforma ComprasGov, qual diverge do Anexo V do Edital.

## **V - DA CONCLUSÃO**

Assim, ante o acima exposto, **DECIDO**:

- 1) Desta forma, **CONHECER** das razões recursais da empresa **KAYO MENEGHEL QUEIROZ TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 04.602.886/0001-02, para no mérito **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, na forma de reverter o

julgamento antes proferido, decidindo pela **DESCCLASSIFICAÇÃO ou REVOGAÇÃO** de todas as propostas no presente Processo Licitatório para os Itens 09, 14 e 15, prezando pelos princípios da legalidade e isonomia.

Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise e decisão do Recurso Administrativo em pauta, em atendimento ao art. 165, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Dê-se ciência do ora decidido aos interessados através do sistema compras.gov, bem como que seja publicada a presente decisão e documentos inerentes ao recurso no site eletrônico junto ao edital da licitação em epígrafe no endereço eletrônico <https://www.itarana.es.gov.br/filter/1408>

Itarana/ES, 30 de julho de 2025

**KEYNA RAÍRA FIOROTTI IMPERIANO**

**Pregoeira Oficial**

Portaria nº 070/2025